



Recomendações técnicas ao setor demandante - PARECER da PGF

4 mensagens

CPL - Comissão Permanente de Licitações <cpl@ufpi.edu.br>

19 de dezembro de 2025 às 15:31

Para: Giorgi FONSECA <giorgifonseca@ufpi.edu.br>, Jôde Vecturine <jodevecturine@ufpi.edu.br>, ana.gabriela@ufpi.edu.br, Tarcisio Gomes Lacerda <lacerdaufpi@gmail.com>, eder@ufpi.edu.br

À Equipe de Planejamento da Contratação

Prezados,

Considerando o presente processo nº 23111.017509/2025-83, cujo objeto é a contratação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos necessários para a execução dos serviços nas dependências da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, assim como outros imóveis que venham a ser ocupadas pela IES na região de Picos-PI, destacamos e informamos alguns pontos apresentados no PARECER Nº 03989/2025/NLC/ELIC/PGF/AGU (fls. 1051 - 1067) em que constam recomendações que devem ser atendidas pelo setor demandante/área técnica antes da publicação do Edital:

"13. Nesses termos, o ente assessorado deverá:

a. manifestar-se acerca da essencialidade e o interesse público da contratação (art. 3º do Decreto n. 8.540, de 2015).

82. Nesses termos, o ente assessorado deverá:

a. justificar a contratação conjunta de mão de obra e materiais, nos termos do item 3.8 do Anexo III, da IN SEGES/MP n. 05/2017. O esclarecimento deve ser feito com base em razões técnicas e comprovar que a reunião do objeto (mão de obra e materiais/equipamentos), na forma promovida nestes autos, é técnica e economicamente viável e contempla o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado. A questão deve ser analisada sob o viés da ampla participação de licitantes, sem perda da economia em escala e de modo a assegurar a vantajosidade da licitação, considerando, para tanto, a necessidade e as especificidades da prestação dos serviços, a logística e as condições de gestão, a realidade de mercado, a eficiência para o atendimento dos resultados pretendidos, a economicidade da contratação, dentre outros fatores.

86. O ente assessorado deverá:

a. regularizar o mapa de riscos juntado aos autos (fl. 109/114), pois falta a indicação do tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de recolhimento de FGTS (art. 18, §1º, da IN SEGES/MP n. 05/2017). Deve ser feita justificativa para a opção pela conta-depósito vinculada ou pagamento pelo fato gerador, a partir de uma ponderação de custo-benefício (art. 18, §2º).

99. Apesar de se tratar de documento essencialmente técnico, é necessário que o ente assessorado proceda aos seguintes ajustes:

Do objeto

a) demonstrar a necessidade do quantitativo de cada posto, com o exame da possibilidade de reduzir ao máximo o número de postos, evitando o pagamento de posto de trabalho sem a respectiva contraprestação de serviço (eventual mão de obra ociosa). Avaliar e justificar, em especial, quando há mais de um posto sendo contratado;

b) dimensionar o objeto, incluindo materiais e equipamentos, de acordo com sua necessidade, evitando que a contratada apresente proposta com sobrepreço para fazer frente a eventual necessidade não prevista. Observa-se que é vedada a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades. Em atenção ao preceito legal retro mencionado, impõe-se que sejam apresentados os quantitativos estimados para a licitação, de forma justificada, mesmo que sucintamente, considerando-se ainda que de tal estimativa dependerá o valor contratual.

A ausência desse tipo de informação, além de ferir o art. 18, §1º, IV e VI da Lei n. 14.133/2021, atenta contra o caráter competitivo do certame e a isonomia entre os licitantes, uma vez que a empresa eventualmente contratada para manutenções anteriores detém tais informações e, com isso, pode oferecer proposta em situação de vantagem, prejudicando a disputa. Essa conduta atinge os princípios constitucionais da moralidade e impessoalidade, que devem nortear a atuação administrativa (Acórdão TCU n. 2229/2019-Plenário).

Ademais, o TCU entendeu que caracteriza erro grosseiro a elaboração de documentos para a contratação de serviços sem justificativa das quantidades (Acórdão 2459/2021-P)."

Com base nas recomendações acima expostas, entende-se necessária a inclusão de manifestação técnica quanto à essencialidade e ao interesse público da contratação, bem como a apresentação de justificativas técnicas para a contratação conjunta de mão de obra e materiais/equipamentos. Também se faz necessária a demonstração objetiva dos critérios adotados para o dimensionamento dos postos, materiais e equipamentos previstos no Termo de Referência, mediante documentação

comprobatória pertinente (ex.: consumo de outras contratações, relatórios, dados sobre a demanda interna, gráficos, séries históricas e notas de empenho), além também da atualização do mapa de riscos, com o tratamento dos riscos trabalhistas, previdenciários e de FGTS e a devida justificativa da opção pela conta-depósito vinculada ou pagamento pelo fato gerador.

Segue em anexo o PARECER Nº 03989/2025/NLC/ELIC/PGF/AGU na íntegra, para facilitar o acesso a todas as recomendações. Permanecemos à disposição para mais esclarecimentos.

FAVOR ACUSAR RECEBIMENTO

Atenciosamente,

Vanessa Maia de Oliveira
Coordenadoria de Compras e Licitações
Fone: [\(86\) 3215-5924](tel:(86)3215-5924)

 **Parecer 3989.pdf**
557K

Giorgi Fonsêca <giorgifonseca@ufpi.edu.br>
Para: cpl@ufpi.edu.br

19 de dezembro de 2025 às 15:32

Giorgi Barbosa Fonseca
Coordenador Administrativo Financeiro
CSHNB- Picos-PI
Siape: 1669527

Jôde Vecturine <jodevecturine@ufpi.edu.br> 6 de janeiro de 2026 às 17:26
Para: CPL - Comissão Permanente de Licitações <cpl@ufpi.edu.br>, Giorgi Fonsêca <giorgifonseca@ufpi.edu.br>, Jôde Vecturine <jodevecturine@ufpi.edu.br>, ana.gabriela@ufpi.edu.br, Tarcisio Gomes Lacerda <lacerdaufpi@gmail.com>, eder@ufpi.edu.br

Prezada Senhora Vanessa Maia de Oliveira,

Em atenção ao e-mail encaminhado por essa Coordenadoria, bem como às recomendações constantes do **PARECER Nº 03989/2025/NLC/ELIC/PGF/AGU**, relativas ao processo nº **23111.017509/2025-83**, informamos que a **Equipe de Planejamento da Contratação** procedeu ao saneamento integral dos apontamentos realizados, promovendo as adequações técnicas e documentais necessárias, previamente à publicação do edital.

Nesse sentido, esclarecemos que foram adotadas as seguintes providências, já devidamente incorporadas aos autos:

1. Estudo Técnico Preliminar (ETP)

Foram realizadas inclusões e ajustes no ETP, contemplando:

- **Manifestação quanto à essencialidade e ao interesse público da contratação**, nos termos do art. 3º do Decreto nº 8.540/2015, inserida no **item 5 – Descrição da Necessidade**;
- **Justificativa técnica da contratação conjunta de mão de obra e materiais/equipamentos**, em conformidade com o item 3.8 do Anexo III da IN SEGES/MP nº 05/2017, incluída no **item 7 – Descrição dos Requisitos da Contratação**;
- Inserção de **referências expressas** ao documento técnico específico que detalha o dimensionamento da mão de obra, materiais e equipamentos, o qual passa a integrar formalmente o ETP.

2. Documento Técnico de Dimensionamento (anexo ao ETP)

Foi elaborado **Documento Técnico de Dimensionamento dos Postos de Trabalho, Materiais e Equipamentos**, anexo ao ETP, contendo:

- Metodologia de cálculo baseada em **produtividade por área**, regras de arredondamento e parâmetros objetivos;
- Memória de cálculo constante do **Anexo V – Apêndices do ETP**, resultando no quantitativo de **39 serventes de limpeza e 01 encarregado**, totalizando **40 trabalhadores**, garantindo a cobertura integral das áreas, sem superdimensionamento;

- Fundamentação em dados históricos de contratações anteriores, na **Convenção Coletiva de Trabalho nº PI000119/2025 (Interior do Estado do Piauí)** e em parâmetros técnicos compatíveis com a IN SEGES/MP nº 05/2017;
- Referência expressa aos documentos que subsidiam o dimensionamento, dentre os quais o **5º Termo de Apostilamento do Contrato nº 01/2020 (Repactuação 2025)**, a **CCT vigente** e o **levantamento das áreas do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros**.

3. Mapa de Riscos

O Mapa de Riscos foi devidamente **atualizado**, passando a contemplar:

- A identificação e o tratamento dos riscos de **descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de recolhimento de FGTS**, conforme art. 18, §1º, da IN SEGES/MP nº 05/2017;
- A **justificativa técnica da adoção da conta-depósito vinculada**, a partir de ponderação de custo-benefício, nos termos do art. 18, §2º, da IN SEGES/MP nº 05/2017, em consonância com a prática institucional da UFPI para contratos dessa natureza.

Dessa forma, entendemos que todas as recomendações exaradas no Parecer Jurídico foram **integralmente atendidas**, encontrando-se o processo devidamente instruído, com planejamento técnico adequado, transparência na definição dos quantitativos e conformidade com a legislação vigente e com a jurisprudência dos órgãos de controle.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Giorgi Barbosa Fonseca

Presidente da Equipe de Planejamento da Contratação
UFPI – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros – Picos/PI

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--

3 anexos



Matriz_assinado_260106_113939_assinado.pdf
237K



ETP_assinado_260106_095825_assinado.pdf
254K



Documento_tecnico__assinado_260106_090634_assinado_assinado (1).pdf
149K

CPL - Comissão Permanente de Licitações <cpl@ufpi.edu.br>
Para: Jôde Vecturine <jodevecturine@ufpi.edu.br>

7 de janeiro de 2026 às 08:33

Prezados,

Agradecemos pelo envio dos documentos solicitados.

Informamos que a documentação será analisada para que possamos dar prosseguimento ao andamento do processo.

Atenciosamente,

Vanessa Maia de Oliveira
Coordenadoria de Compras e Licitações
Fone: **(86) 3215-5924**

[Texto das mensagens anteriores oculto]